DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 4687/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/10539/2014
PROTOCOLO	: 1515123
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
RESPONSÁVEL	: LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHAES
CARGO DO RESPONSÁVEL	: PREFEITO MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2014
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS
VALOR	: R$ 75.615,00
RELATOR	: CONS. JERSON DOMINGOS

Cuida-se do exame da Ata de Registro de Preços S/N (peça digital 15), oriunda do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 090/2014, que entre si celebram o Município de Chapadão do Sul/MS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Luiz Felipe Barreto de Magalhães, e as seguintes empresas, doravante denominadas "compromitentes fornecedoras": C. Lemos Distribuidora Hospitalar Eireli ME; Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda.; Odontomed Canãa Ltda. ME; Macro Dental Produtos Odontológicos Ltda.

O objeto da Ata em comento é a definição de registro de preços para a aquisição de aquisição de materiais odontológicos, no valor total registrado em R$ 75.615,00 (setenta e cinco mil seiscentos e quinze reais), com validade de 12 (doze) meses, a contar do dia 02 de junho de 2014.

Em análise aos documentos que compõem os autos, o corpo técnico da 3ª Inspetoria de Controle Externo, constatou a ausência de documentos.

Diante disso, em cumprimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o Senhor Luiz Felipe Barreto de Magalhães (Prefeito Municipal) foi devidamente intimado por meio dos Termos de Intimação nº 2362/2015 (peça digital 19) e nº 10471/2015 (peça digital 26), a fim de que encaminhasse a esta Corte de Contas os documentos faltantes.

Mesmo tendo sido oportunizado duas vezes a se manifestar, as justificativas e documentos juntados aos autos pelo responsável não foram suficientes

parta sanar todas as irregularidades apontadas nas intimações, restado ausente a Minuta da Ata de Registro de Preços.

Assim, a equipe técnica da 3ª Inspetoria de Controle Externo, por meio da Análise nº 20133/2015 (peça digital 31), concluiu pela irregularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços.

Por sua vez, o ilustre representante do Ministério Público de Contas, Procurador José Aêdo Camilo, em seu Parecer nº 6019/2016 (peça digital 32), opinou pelo seguinte julgamento:

> I - **ilegalidade** e **irregularidade** do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços, nos termos do artigo 59, inciso III, da Lei Complementar n. 160/2012, combinado com os inciso I "a" do artigo 120, e inciso III, "a" do artigo 122, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;
> II - **multa** ao jurisdicionado Senhor Luiz Felipe Barreto de Magalhães, inscrito no CPF n. 499.421.077-20, com fulcro no art. 77, VIII, da Constituição Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul, combinado com o art. 44, I, da Lei Complementar n. 160/2012, pela infringência ao art. 9º, inc. X, do Decreto Federal n. 7.892/2013;
> III – **comunicação** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal/ 88.

É o relatório.

Inicialmente, cabe elucidar que o mérito da questão repousa na apreciação do procedimento licitatório, Pregão Presencial nº 090/2014, e da formalização da Ata de Registro de Preços S/N, 1ª fase, conforme artigo 120, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

Do exame dos documentos acostados aos autos, constato que o procedimento para a formalização da Ata de Registro de Preços em epígrafe não se encontra regular, devido à ausência da Minuta da Ata de Registros de Preços, anexo obrigatório do Edital.

Com efeito, o artigo 9º, inciso X do Decreto Federal nº 7.892, de 22 de fevereiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, trata da necessidade de que o Edital de Sistema de Registro de Preços (SRP) contemple a Minuta da Ata de Registro de Preços como anexo:

> **Art. 9º** O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas leis 8.666/93, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:
>
> (...)
>
> **X –** minuta da ata de registro de preços como anexo;

Tornar a minuta da Ata documento obrigatoriamente integrante do Edital de SRP se legitima na medida em que o fornecedor passa a ter ciência, desde a instauração da licitação, de todas as condições e requisitos que nortearão as contratações a serem firmadas, já que a natureza jurídica da Ata permeia o vínculo obrigacional que terá o contratado perante o contratante, com características de compromisso, nos exatos termos do artigo 2º, inciso II, do Decreto nº 7.892/2013. Vejamos:

> **Art. 2º** Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:
>
> (...)
>
> **II -** ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condi-

> ções a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Em relação à ausência da Minuta da Ata, o jurisdicionado apresentou a seguinte justificativa no Ofício nº 75/2015, de 17 de agosto de 2015, acostado à peça digital 30, *in verbis*:

> Conforme já explanado em Ofício anteriormente encaminhado a esta Egrégia Corte de Contas por este jurisdicionado (OF/GAB/PM N° 108/2015), o motivos por não constar dentre os anexos do Edital a minuta da Ata de Registro de Preços, cabe esclarecer que foi utilizada como base a minuta de contrato constante no edital do processo em tela, onde cláusulas essenciais como Legislação Aplicável, Descrição do Objeto, Entrega e Recebimento, Responsabilidades, Prazo, Valor e Forma de Pagamento, Penalidades, Rescisão Contratual, Publicação do Extrato (Art. 55, Lei 8.666/93), apresentam a mesma fundamentação e o mesmo conteúdo.

Pois bem, a esse respeito esclareço que a Ata de Registro de Preços é o documento no qual se formaliza a vinculação do licitante vencedor ao preço e demais condições registradas, com base nas quais as futuras contratações se formarão.

Percebe-se, portanto, que a Ata não se confunde com Instrumento de Contrato. Este tem a finalidade de formalizar as relações jurídicas obrigacionais que estipulam obrigações recíprocas para a Administração e o licitante que teve seu preço registrado.

Ante o exposto, considerando a Análise elaborada pelo Corpo Técnico da 3ª Inspetoria de Controle Externo e acolhendo o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, **VOTO:**

1. Pela **IRREGULARIDADE** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 090/2014, e da formalização da Ata de Registro de Preços S/N,

tendo como órgão gerenciador o Município de Chapadão do Sul/MS, em face à ausência da Minuta da Ata de Registros de Preços, anexo obrigatório do Edital, infringência ao artigo 9º, inciso X do Decreto Federal nº 7.892/2013, nos termos do artigo 120, inciso I, alínea "a" da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 c/c o artigo 59, inciso III da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012;

2. Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** ao responsável, Senhor Luiz Felipe Barreto de Magalhães, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, CPF inscrito sob o n.º 499.421.077-20, no valor correspondente a 15 (quinze) UFERMS, pela ausência da Minuta da Ata de Registros de Preços, nos termos do artigo 42, inciso IX, artigo 44, inciso I, parágrafo único e artigo 45, inciso I, todos da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 c/c o artigo 172, inciso I, "b", da Resolução Normativa TC/MS n.º 076/2013;
3. Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável supracitado comprove o recolhimento da multa imposta junto ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul-FUNTC, conforme o estabelecido no artigo 83, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 c/c o artigo 172, § 1º, incisos I e II, da Resolução Normativa TC/MS n.º 076/2013, sob pena de execução;
4. Pelo **RETORNO DOS AUTOS À 3ª INSPETORIA** de Controle Externo para o acompanhamento dos possíveis contratos resultantes da Ata de Registro de S/N, conforme artigo 84, parágrafo único, II, "a" c/c o artigo 120, parágrafo 2º, da Resolução Normativa nº 76/2013;
5. Pela **INTIMAÇÃO** dos interessados acerca do resultado deste julgamento, com base no artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 94, da Resolução Normativa nº 76/2013;

É a decisão.

Determino que se remetam os autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 25 de maio de 2016.

JERSON DOMINGOS
CONSELHEIRO RELATOR

jfc